

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Proc. nº: 088-2012/2023  
Em 23 de 03 de 2023

PROJETO DE LEI N.º 12 /2023

**Estabelece, no Município de Montenegro, o caráter permanente do laudo médico pericial para pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista, ou Síndrome de Down.**

Art. 1º Fica definido como permanente o laudo médico que ateste o Transtorno do Espectro Autista - TEA e/ou da Síndrome de Down, o qual terá validade indeterminada, no Município.

§ 1º O laudo de que trata esta Lei poderá ser emitido por profissional da rede de saúde pública ou privada, observados os demais requisitos para a sua emissão estabelecidos na legislação pertinente.

§ 2º Passa a ser desnecessário, para a solicitação de serviços públicos, que os órgãos da Administração Pública exijam a atualização de laudo ou relatório médico que ateste o Transtorno do Espectro Autista ou a Síndrome de Down

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

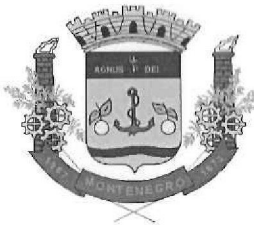
Montenegro, 23 de março de 2023.

Vereador Felipe Kinn da Silva

**MDB**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Discutido e votado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Resultado da votação: Votos a favor \_\_\_\_  
Abstencões \_\_\_\_  
Presidente Votos contra \_\_\_\_

**FIXADO NO MURAL**  
EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Exmo. Sr. Presidente  
Senhores Vereadores

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO	
Proc. nº:	088-11011/2023
Em	23 de 03 de 2023

O presente Projeto de Lei tem como objetivo alcançar mais conforto e dignidade às pessoas com TEA e aos seus familiares. Da mesma forma, e em virtude de dificuldades semelhantes abrange as famílias que possuam integrante com Síndrome de *Down*. É importante notar que a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) ainda não foi regulamentada de forma efetiva pelo Executivo Municipal, razão pela qual o laudo pode fazer as vezes de comprovação da existência do Transtorno, para os fins que ele objetivar.

A medida evita submeter as pessoas com TEA e *Down* às excessivas e desnecessárias burocracias em busca de benefícios assistenciais ou previdenciários, situação inaceitável a uma nação que tenha como fundamento a dignidade da pessoa humana, tendo em vista a natureza permanente dessas deficiências diante do indivíduo, o que se manifesta durante toda a vida da pessoa diagnosticada.

Assim sendo, conto com a compreensão dos nobres vereadores para a aprovação do presente projeto.

CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO	
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO	
Por:	TIGUE GOUVEIA
Em:	23/03/23 às 11:53